

1961 700 84 Convite à liberdade

JOÃO HERMANN NETO

O povo está sofrido. Embora pós-85 tenhamos tido avanços econômicos, políticos e sociais necessários para o fim do ciclo autoritário não foram suficientes para o restabelecimento da dignidade de nossa gente.

Transformações há que se realizar para que se obtenha a construção de uma sociedade liberta e justa.

Com a dignidade dos cidadãos e a libertação da sociedade esta se organiza e tutela o Estado. Estado tutelado por um povo livre e organizado origina-se de uma Nação independente e democrática.

É este o Brasil que queremos para os brasileiros — livre, soberano, independente, nacional, popular e democrático. Brasil que ninguém isoladamente construirá mas o será com a participação de todos os segmentos econômicos, políticos e sociais, que sem abdicarem dos princípios que os governam unindo-se resgatarão a nossa liberdade.

É este o convite libertário e nacional que ora se formula aos brasileiros responsáveis.

Não se edificará sobre os escombros do regime que derrubamos nenhuma sociedade justa se nos mantivermos manietados a uma dívida externa impiedosa e um modelo de desenvolvimento exótico aos interes-

ses brasileiros.

O convite à liberdade passa num primeiro momento pelo não pagamento da dívida externa. Aos ainda não convictos declaramos que já a pagamos sob um preço tremendo. Milhões de crianças sucumbiram de fome, doenças endêmicas e miséria nos últimos 25 anos debaixo do maior assassinato consentido da história contemporânea.

No entanto, de nada adiantará o não pagamento se continuarmos com o modelo espoliativo montado sobre a Nação brasileira.

As políticas de desenvolvimento devem perseguir os interesses nacionais brasileiros e de sua gente.

O capital internacional não pode ser predatório. É profundamente lamentável que os interesses de sua aplicação sejam decididos por estrangeiros sobre os brasileiros. Assim nada nos surpreende quando água mineral é engarrafada por multinacional, quando subsidiávamos energeticamente empresa de capital externo para retirar minérios de nosso solo e quando os exportamos por preços inferiores aos que os exploramos, lembrando que minério não dá segunda safra. Há necessidade de desenvolvimento de políticas urbanas intensas que acompanhem uma política cultural agronômica de tal forma que o solo e sua propriedade não sejam tratados como uma fonte permanente de opressão. Uma política social em que a educação não seja forma de reprodução de

interesses e sim canal de acesso à libertação. Em que saúde não seja a escravidão moderna, em que mães doentes gerem filhos miseráveis. Habitação não seja sinônimo de humilhação e favelas de conjuntos destinados a incharem as cidades ocupando terra bruta que se transformam em urbanas para logo depois de ocupadas serem os setores rurais da cidade sem água, luz, saneamento básico ou qualquer mínima condição de reprodução da existência.

O modelo a ser proposto à sociedade brasileira deve ser o voltado à qualidade de vida de seu povo com taxas de crescimento compatíveis às nossas necessidades básicas sem grandes saltos que nos lancem em aventuras, mas se lento, que seja solidário à nossa gente.

Os interesses em jogo são imensos e o peso do Brasil implica na sua participação com outros povos em desenvolvimento na construção da nova ordem econômica internacional. Os brasileiros de bem não podem servir aos interesses estrangeiros, e para isto é preciso governo forte e legítimo que venha da aspiração popular de votar nos seus governantes e deles cobrar as responsabilidades.

Devolvamos a dignidade aos cidadãos brasileiros.

João Hermann Neto é Deputado federal pelo PMDB-SP e foi relator da Subcomissão de Nacionalidade, Soberania e Relações Internacionais.
